



Caminhos da análise Geopolítica: o Estado como “área” e como “ponto”¹

Geraldine Rosas Duarte • 16/11/2014

Resumo

A tarefa de analisar geopoliticamente um Estado é um desafio que normalmente é resolvido de maneira indutiva, sem que sejam estabelecidos parâmetros a priori. De um modo geral, são considerados fatores geográficos, demográficos, econômicos, dentre outros, na medida em que tais elementos pareçam ser relevantes para o caso analisado, ora priorizando características estatais internas, ora considerando a relação do Estado com outros atores internacionais. O objetivo deste trabalho é refletir sobre os fatores e aspectos que são considerados, por variados autores, como elementos fundamentais para analisar geopoliticamente um Estado, valorizando tanto questões internas quanto externas. Traçando um paralelo com a Geografia Urbana, que analisa a cidade como “área” (em si mesma) e como “ponto” (inserida na rede urbana), busca-se fazer um balanço que inclua tanto elementos internos (geografia física, população, recursos), quanto elementos externos (inserção regional, questões fronteiriças, relações exteriores), de modo que o Estado possa ser analisado integralmente. O trabalho não tem a pretensão de propor um modelo de análise acabado, mas fundamentado numa revisão bibliográfica, propõe um parâmetro útil que pode servir como um caminho metodológico estabelecido a priori, favorecendo a realização de uma análise geopolítica do Estado.

Palavras-chave: Geopolítica – Estado – Geografia Urbana

Abstract:

The task of analyzing geopolitically a State is a challenge that is usually solved in an inductive way without parameters established. In general, it is considered geographic, demographic, economic factors, among others, to the extent that such elements appear to be relevant to the analyzed case, sometimes prioritizing internal state characteristics, others considering the State's relationship with other international actors. The objective of this paper is to discuss the factors and aspects that are considered by various authors, such as fundamental elements to analyze geopolitically a State, valuing both internal and external issues. Drawing a parallel with the Urban Geography, which analyses the city as "area" (in itself) and as "point" (inserted in urban network), it seeks to take stock that includes both internal elements (geography physical, population, resources) and external elements (regional integration, border-issues, foreign affairs), so that the state can be analyzed fully. The work does not intend to offer a finished analysis model, but it is a literature review, proposing a useful parameter that can serve as a methodological way established a priori, encouraging the creation of a geopolitical analysis of the state.

Keywords: Geopolitics - State - Urban Geography

¹ Professora do departamento de Relações Internacionais da PUC Minas. Uma versão preliminar desse artigo foi apresentada no 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), ocorrido em julho de 2013.

A Geopolítica é o campo dos estudos geográficos que mais se aproxima das Relações Internacionais. É uma ciência que possui uma longa trajetória e que atualmente não é exclusiva aos geógrafos. O termo geopolítica é utilizado, contemporaneamente, com inúmeras conotações, o que dá ao campo um caráter extremamente multifacetado, já que as análises geopolíticas transitam por esferas muito diversas, discutindo temas relacionados a aspectos econômicos, sociais, étnicos, aspectos relativos a recursos, por exemplo energéticos, a conflitos internos e internacionais, dentre outros.

A este trabalho interessam, particularmente, as análises relativas a Estados, que são desenvolvidas de maneiras muito distintas. Não existe exatamente uma única forma de analisar a geopolítica de um Estado, de modo que cada pesquisador que se dedica a fazê-lo estabelece uma leitura própria. Estabelecer um parâmetro de análise geopolítica do Estado é um desafio que, muitas vezes, é resolvido de forma indutiva, sem que haja uma metodologia previamente estabelecida.

Sendo assim, o objetivo desse trabalho é refletir sobre caminhos possíveis para a análise geopolítica de um Estado. Acredita-se que o paralelo com a Geografia Urbana, que analisa a cidade como “área” e como “ponto” seja um recurso útil para pensar elementos que devem ser considerados numa análise dessa natureza. Para

promover essa discussão, este trabalho estará estruturado em duas partes principais, seguidas de considerações finais. A primeira delas aborda de forma breve algumas reflexões geopolíticas que sugerem aspectos que devem ser considerados para se analisar os Estados. A segunda seção apresenta de forma sucinta o campo da Geografia Urbana e os elementos que norteiam a análise da cidade como área e como ponto e reflete sobre os paralelos possíveis entre essa abordagem e a Geopolítica, sugerindo um caminho pelo qual uma análise geopolítica do Estado pode ser feita. Ressalta-se que o trabalho não tem a pretensão de apresentar um modelo, mas acredita-se que a reflexão aqui desenvolvida possa fornecer parâmetros básicos, que auxiliem na análise geopolítica de um ator estatal.

A análise geopolítica do Estado

Assim como a própria análise geográfica, a análise geopolítica mobiliza conhecimentos e métodos de diversas outras ciências, embora se diferencie por enxergar os fenômenos sempre projetados no espaço. De acordo com Parker (1998), ela deve ser realizada em três estágios. O primeiro deles se dá pelo exame das características próprias dos objetos espaciais primários. Em segundo lugar, vem a avaliação das interações dos objetos espaciais (objetos de análise) e os padrões espaciais produzidos por essas interações. Por último, considera-se o exame do espaço geopolítico como um todo, de modo que seja possível

perceber suas características gerais. A análise geopolítica, nesse sentido, tem caráter inclusivo e holístico, pois permite incorporar à interpretação do todo fenômenos aparentemente locais e particulares, que certamente devem ser vistos como parte de um quadro geral. Como fica evidente, a análise geopolítica perpassa diferentes escalas e pode incluir elementos locais, regionais e mundiais.

A discussão sobre a análise geopolítica é objeto de reflexão para Cohen (apud MARTINS, 1996), que entende serem dois os principais aspectos que a caracterizam: a descrição dos ambientes geográficos na sua relação com o poder político e a elaboração de padrões territoriais que abranjam as unidades políticas em interação. Com base nesses aspectos, Cohen apresenta seis métodos passíveis de serem utilizados para se desenvolver uma análise geopolítica. Os quatro primeiros são descritos por Richard Hartshorne (1950), que, ao fazer um levantamento das abordagens geralmente empregadas nos estudos geopolíticos, propõe o método funcional como um caminho adequado à análise das áreas politicamente organizadas.

A primeira abordagem é o (1) método da análise do poder, que centraliza a análise no levantamento e estudo dos elementos do poder, numa perspectiva do espaço territorial considerado, de forma que sejam entendidas as relações entre as unidades políticas. Segundo Hartshorne

(1950), se caracteriza pelo levantamento de uma série de aspectos (físicos, humanos, econômicos) relativos ao Estado, incorporando a dimensão geográfica.

O (2) método histórico, como o próprio nome dá a entender, enfatiza o estudo da história, principalmente no aspecto político, em função da geografia. Ele auxilia na compreensão dos aspectos culturais, dos processos e percepções da sociedade, sendo muito usado no estudo da gênese e desenvolvimento de regiões, buscando sempre deduzir constantes históricas e tendências.

O terceiro método é o (3) morfológico, que se assenta na análise das formas e características estruturais do Estado, suas divisões administrativas internas, bem como sua posição relativa, dimensões e configurações econômicas, demográficas, fronteiriças, dentre outras. É muito útil para analisar uma determinada região e os atores que a compõem. É um método que analisa o Estado como um objeto geográfico, como é analisada uma paisagem, por exemplo.

O quarto método apresentado e, nesse caso, proposto por Hartshorne como uma forma adequada de análise, é o (4) funcional, que busca considerar as unidades políticas a partir de suas funções internas e externas. No aspecto interno, o autor chama atenção para o fato de que o propósito fundamental de um Estado é reunir uma variedade de porções territoriais em uma única

unidade política organizada. Em outras palavras, a manutenção da unidade territorial é uma função básica, que passa pelo controle político, por aspectos sociais, econômicos e pelo sentimento de pertencimento carregado pela população. No que tange às funções externas, são consideradas as relações do Estado com o resto do mundo. Essas relações são divididas em territoriais (determinação de fronteiras), econômicas (comércio, investimentos), políticas (soberania, reconhecimento internacional) e estratégicas (poder do Estado). Naturalmente, apesar de serem apresentados de forma separada, todos esses aspectos devem ser analisados em suas inter-relações, de maneira integrada.

Em quinto lugar, já com base na contribuição de Cohen, está o (5) método do comportamento, que visa, por meio da observação dos comportamentos, compreender as percepções envolvidas nas situações que abarcam relações espaciais. Nesse caso, o comportamento é analisado no que se refere aos sentimentos de ocupação e defesa do espaço, valorizando a percepção como um dos condicionantes da conduta dos Estados.

Por último, (6) o método sistêmico é aquele que estuda o sistema internacional, no qual interagem os processos políticos (relações políticas, estruturas e forças sociais) e o espaço geográfico (lugar, região e ambiente). É um método que busca se aproximar da realidade inter-

nacional globalizada, enfatizando o aspecto sistêmico em detrimento de análises reducionistas.

Tendo sido feita essa breve reflexão geral sobre a análise geopolítica e seus métodos, cabe apresentar algumas abordagens que identificam fatores geopolíticos que devem ser considerados no momento de se analisar um Estado. Uma primeira contribuição válida está presente no panorama apresentado por Célérier (1969) acerca da natureza e extensão da Geopolítica. O autor divide a análise em fatores estáveis e fatores variáveis, que por sua vez se desdobram em diversos aspectos que podem ser considerados numa análise geopolítica.

Os fatores estáveis são o espaço e suas divisões, o território e a posição. O espaço, diferenciado e organizado, é, naturalmente, objeto de estudo da Geopolítica, na medida em que está dividido em unidades políticas autônomas, Estados, que se relacionam regional ou internacionalmente num ambiente de interdependência. As subdivisões políticas do espaço, dividido em Estados, são o palco no qual ocorrem as interações políticas, cujo objetivo é planejar e obter as mudanças necessárias. Partindo desse cenário geral, o segundo fator estável é o território, elemento no qual se baseiam as subdivisões políticas do espaço. É um fator primordial para o Estado e para os indivíduos que o habitam e se caracteriza por sua extensão, sua estrutura física (características geográficas, como relevo, hidrografia, etc.),

sua configuração (traçado das fronteiras) e sua posição (marítima ou central).

No conjunto dos fatores variáveis, Célérier (1969) inclui as populações (características demográficas), os recursos naturais, os recursos energéticos e as estruturas políticas (organização política, tipo de governo) e sociais (modo de vida da população). Como essa abordagem demonstra, uma análise geopolítica deve passar por aspectos variados, que permitam compreender uma dada unidade política em sua dimensão geográfica, social, econômica e propriamente política.

Martins (1996) afirma que, na análise geopolítica, do ponto de vista geográfico geralmente são considerados como aspectos fundamentais a posição, a extensão e o relevo, podendo-se avaliar, também, em função dos primeiros, o clima e a fertilidade dos solos. Do ponto de vista social, os fatores que se destacam são os demográficos e os etno-culturais. No campo econômico, sobressai a tecnologia, a produtividade industrial, os transportes, os recursos naturais e, em especial, os recursos necessários à produção de energia. No que tange aos fatores propriamente políticos, recebem grande atenção os aspectos diretamente relacionados à geração e aplicação do poder, valorizando-se o poderio militar, bem como as atividades estratégicas e diplomáticas.

Como fica evidente, as abordagens citadas até o momento se concentram fundamentalmente na análise do Estado em si mesmo, observando essencialmente características internas. Nessa medida, outra contribuição válida para a análise geopolítica, e que parece complementar as abordagens anteriores, é apresentada por A. E. Moodie (1965) nas reflexões feitas pelo autor sobre a Geografia Política. Segundo ele, o objetivo dos estudos geopolíticos é a análise das condições internas do Estado, bem como das relações entre Estados. Muito embora as relações internas e externas dos Estados sejam claramente indissociáveis, o autor acredita que, para fins de análise, seja útil examinar as condições geopolíticas do Estado partindo de cada uma dessas esferas.

No que tange aos aspectos internos, Moodie (1965) avalia primeiramente os elementos físicos, ressaltando que apesar de não trazer uma concepção determinística, nenhum Estado consegue eliminar por completo os efeitos das condições naturais às quais está submetido. A localização, o tamanho e a forma do território, a estrutura geológica, a hidrografia e a posse e utilização de litorais são fatores incluídos nessa perspectiva. Outro aspecto fundamental, ainda considerando os atributos internos, diz respeito ao elemento humano. Considera-se, nesse contexto, numa perspectiva quantitativa, a população total, seu padrão de distribuição, as taxas de reprodução e, numa abordagem qualitativa, a

estrutura étnica do Estado, associada também a língua e religião, entendida como um importante elemento de identificação que tanto pode agregar, quanto pode fragmentar a identidade nacional da população.

Já no que tange aos aspectos externos, ou à relação entre Estados, Moodie (1965) destaca a crescente interdependência econômica entre os países e a intensificação do processo de globalização das comunicações, o que faz com que a esfera dos assuntos internacionais do Estado seja também objeto de estudo geopolítico. Um segundo aspecto associado às relações externas concerne às fronteiras, os limites interestatais. Por último, Moodie (1965) agrega aos aspectos externos as comunicações, compreendidas de forma bastante abrangente. A ideia de “circulação” é empregada pelo autor para denotar os meios variados, e em constante desenvolvimento, de movimentação de pessoas, mercadorias e idéias, seja em âmbito local, regional ou internacional. O potencial de comunicação, ou circulação, do Estado está associado, portanto, aos meios de transporte, marítimo, terrestre e aéreo, bem como às telecomunicações e às redes de transmissão e abastecimento.

Tendo em vista as abordagens propostas, certamente apenas representativas de tantas outras existentes, vale o esforço de tentar sistematizar os elementos apresentados, com vistas a estabelecer um parâmetro de análise que possa ser

empregado. Um grande esforço nesse sentido já foi desenvolvido pelo Instituto de Altos Estudos Militares de Portugal (apud GONÇALVES, 2011), que estabeleceu um conjunto de fatores geopolíticos que devem ser analisados não como determinantes do valor absoluto do poder de um Estado, mas como elementos que contribuem para a interpretação da realidade geopolítica. A análise desses fatores, segundo Leal (2007), é utilizada para conjecturar potencialidades e vulnerabilidades, permitindo uma análise da realidade geopolítica quer em âmbito nacional, regional ou internacional. Os fatores geopolíticos identificados pelo Instituto estão sintetizados no quadro abaixo:

Quadro 1 – Fatores Geopolíticos (modelo IA-EM)

Fator Físico		Extensão (dimensão e superfície)
		Localização (Posição relativa)
		Configuração (forma e fronteiras)
		Morfologia (relevo e hidrografia)
		Solo (natureza geológica do solo)
		Vegetação
		Clima
		Mar e vias navegáveis
Fator Humano (popu-	Demografia (aspectos	Efetivo populacional
		Distribuição e densidade

lação)	quantitativos)	Taxa de crescimento
		Composição ou estrutura da população
	Etnografia (aspectos qualitativos)	Características étnicas, lingüísticas e religiosas
		Homogeneidade ou heterogeneidade
	Outros aspectos sociais	
Fator Recursos Naturais		Energéticos
		Minerais
		Alimentares
Fator Circulação		Comunicações (transportes)
		Comunicações (relações exteriores)
Fator Tecnológico		Grau de desenvolvimento científico-tecnológico
Fator Estrutural		Aspectos Políticos
		Aspectos Econômicos
		Aspectos Sociais
		Aspectos Militares

Fonte: GONÇALVES, 2011

Os fatores acima apresentam uma boa síntese das abordagens expostas anteriormente e contemplam aspectos geográficos, sociais, econômicos e políticos. Contudo, os elementos elencados se concentram fundamentalmente nas características internas, viabilizando uma análise tímida sobre a projeção internacional do Estado. Sendo assim, cabe explorar um pouco mais essa segunda dimensão de análise e um caminho

interessante para a realização desta tarefa parece ser o paralelo com a Geografia Urbana. Nesse campo do conhecimento geográfico, é comum que as cidades, principal objeto de estudo, sejam analisadas como áreas, considerando suas características internas, e como pontos, inseridas na rede urbana, na medida em que se avaliam as funções desempenhadas e suas articulações com o entorno.

Paralelo com a geografia urbana: a geopolítica e a análise de áreas e pontos

A Geografia Urbana é uma importante área da Geografia que se dedica ao estudo das cidades, do urbano. É uma disciplina muito recente, que começou a ser ensinada apenas após a II Guerra Mundial, muito embora os estudos sobre as cidades, principalmente de caráter descritivo, sejam bastante antigos. Como afirma Bailly (1984), esse campo do conhecimento se ocupa da dimensão espacial dos fenômenos urbanos (distribuição, estruturas e processos). A cidade é considerada como um conjunto, integrada a uma rede hierarquizada de complementaridade. A cidade é, dessa forma, considerada como um sistema num sistema de cidades.

Segundo Johnston (1985), o estudo das cidades pode ser feito a partir de duas escalas espaciais distintas: a primeira se volta para os padrões de organização interna da cidade, tra-

tando-as como áreas em si mesmas; e a segunda, que estuda a cidade como um ponto em um mapa, se voltando para os padrões dos aglomerados urbanos no espaço regional.

Essas escalas espaciais distintas são explicadas também por Clark (1985), em referência aos dados existentes sobre as cidades. De acordo com o autor, são dois os tipos básicos de dados necessários para sintetizar as características geográficas dos lugares urbanos: os que se relacionam com as características internas das cidades, como população, habitação, indústria; e os dados que remetem aos diferentes tipos de intercâmbio, ligações e interações que ocorrem dentro e entre os centros urbanos. Nesse sentido, a Geografia Urbana parece ter avançado mais rumo a um parâmetro analítico das cidades, uma vez que existe um amplo consenso em torno de conceitos básicos que fundamentam os estudos urbanos, a saber, os conceitos de sítio, posição e funções.

O sítio pode ser definido como o quadro topográfico no qual a cidade se enraizou, pelo menos originalmente. Dessa forma, o sítio está relacionado aos aspectos físicos da Geografia, de modo que ele é, em princípio, estático. A posição, por sua vez, se define como a localização da cidade em relação aos fatos naturais susceptíveis, no passado e presente, de exercer uma influência em seu desenvolvimento, que está ligado à facilidade de sua polarização. A posição tem valor relativo e está ligada a fatores circunstanciais de

desenvolvimento e urbanização. A posição de entroncamento, por exemplo, é uma das mais comuns e mais propícias à continuidade do desenvolvimento da cidade. Nesse sentido, é válido dizer que o sítio é o assentamento territorial de um elemento do espaço. Já a posição depende do sistema de relações que a cidade mantém com outros elementos próximos ou distantes. A posição, portanto, resulta da conjunção de um ou mais sistemas em relação com as atividades e funções da cidade (GEORGE, 1969).

O conceito de funções, por sua vez, está relacionado às atividades desenvolvidas pela cidade, considerando que a cidade é fruto do agrupamento humano visando exercer certas formas de atividades. A função se configura como a razão de ser da cidade, se manifestando como algo que é possível observar claramente. A noção de função parte também de uma concepção sistêmica e permite avaliar a eficácia e a produtividade de um sistema, qualquer que seja ele. As funções nascem de relações causais e de inter-relações, estando, assim, intimamente associadas a circuitos e redes (DOLLFUS, 1975).

Esses conceitos básicos se relacionam com as possibilidades de estudo da cidade na Geografia Urbana, considerando-a como área, quando é nítida a relevância do sítio e das características internas, e como ponto, quando se percebe, principalmente, o aspecto da posição e das funções. Como dito anteriormente, acredita-

se que a Geopolítica possa se beneficiar de um paralelo com essa abordagem presente nos estudos urbanos, tendo em vista que uma lógica semelhante à usada para analisar a cidade pode ser empregada para analisar geopoliticamente os Estados.

Nesse sentido, é válido considerar a necessidade de analisar o Estado tanto como área quanto como ponto. Na Geografia Urbana, a análise da cidade como área se assenta, principalmente, no estudo do sítio e das características internas. Transportando essa abordagem para a realidade geopolítica dos Estados, observa-se que as visões apresentadas na seção anterior contemplam de maneira satisfatória esses aspectos. Os fatores geopolíticos identificados pelo IAEM, por exemplo, perpassam as características do “sítio do Estado” (fator físico), aqui chamado de bases físicas², e recobrem suficientemente as características internas (fator humano, recursos naturais, circulação, etc.).

Já na análise da cidade como ponto, os estudos urbanos se valem das reflexões sobre a posição e as funções, identificando a posição que a cidade ocupa na rede urbana, bem como as funções que ela desempenha para o ambiente

² Acredita-se que o termo sítio não seja o mais adequado para caracterizar a geografia física de um Estado como um todo, uma vez que ele se aplica especificamente a cidades, havendo, portanto, uma diferença de escala muito significativa. Por essa razão, embora a analogia seja válida, optou-se por tratar desse aspecto utilizando a expressão “bases físicas”.

externo. Como já mencionado, os fatores geralmente apontados como fundamentais a uma análise geopolítica contribuem pouco para uma apreciação dessa dimensão, a despeito de indicarem alguns aspectos importantes, como posição relativa e relações exteriores.

Sendo assim, sugerem-se alguns caminhos que podem viabilizar a análise dos Estados como pontos. Em primeiro lugar, considerando a ideia de posição, pode-se analisar a localização do Estado tendo em vista o Complexo de Segurança Regional (CSR)³ do qual ele faz parte. Nesse sentido, é imperativo identificar quem são os membros do complexo, qual é o padrão de amizade/inimizade estabelecido entre eles, como se dá a distribuição de poder (uni, bi ou multipolaridade), se há, eventualmente, um ator interveniente e como se define a interdependência no complexo (conflitos regionais, regime de segurança ou comunidade pluralística de segurança). A partir de uma leitura dessa natureza, certamente, é possível estabelecer uma primeira aproxima-

³ Um complexo de segurança regional é definido por Buzan, Weaver e Wilde (1998) como um conjunto de Estados interdependentes na questão da segurança, cujas preocupações e percepções estão tão interligadas, que se torna difícil analisar os problemas de segurança de um isoladamente. Esses complexos são considerados subsistemas do sistema internacional e são estruturados pelo arranjo das unidades (anarquia), por padrões de amizade e inimizade entre os membros e pela distribuição de capacidades (poder) entre as unidades. Necessariamente, um complexo de segurança é formado por dois ou mais Estados que constituem um agrupamento geográfico coerente e que possuem um padrão de interdependência profundo e durável.

ção acerca da posição que ocupa o Estado, não meramente considerando quem são seus vizinhos, mas compreendendo a dinâmica política regional na qual ele está inserido.

Outro caminho que permite se aproximar ainda mais da compreensão acerca da posição do Estado remete à Teoria Centro-Periféria⁴. A partir dessa perspectiva, é possível analisar a posição do Estado estudado frente aos demais países da região. Pode-se identificar, considerando as características econômicas e políticas dos Estados da região, quem são os países centrais, os países periféricos e os semiperiféricos. Essa abordagem comparativa permite estabelecer uma hierarquia de Estados e compreender a posição relativa do país estudado na região, tendo em vista suas capacidades e relações econômicas e seu poderio e influência política.

Complementando a discussão sobre a análise dos Estados como pontos, cabe ainda um paralelo com a noção de funções, empregada na Geografia Urbana para compreender o papel da cidade em meio à rede urbana. No âmbito geopolítico, essa dimensão pode ser avaliada na medida em que se analisa o papel do Estado no contexto regional. É válido, em primeiro lugar,

⁴ A perspectiva centro-periféria parte do pressuposto de que a geopolítica mundial e mesmo as relações internacionais podem ser pensadas a partir da distinção entre países centrais (desenvolvidos, industrializados) e países periféricos, dependentes dos países do centro (AMORIM FILHO, 1991). Alguns autores, como Johnston (1982), incluem também a categoria de semiperiféria.

incluir a abordagem sobre as comunicações ou relações externas presente no fator circulação do modelo do IAEM. Para tanto, é interessante considerar as vias de acesso a outros territórios e o fluxo internacional de pessoas. Outra ferramenta teórica bastante útil, nesse sentido, é o método funcional, apresentado por Hartshorne (1950) e discutido na seção anterior. Como já foi mencionado, o método funcional busca analisar tanto as funções internas quanto as funções externas do Estado. Entretanto, como considera-se que as funções internas já estão bem contempladas na análise geopolítica do Estado como área, para os propósitos da análise como ponto podem ser incluídas apenas as funções externas, a saber, as relações territoriais, econômicas, políticas e estratégicas.

Acredita-se que a partir do paralelo com a Geografia Urbana e lançando-se mão dos recursos teóricos apresentados, seja possível desenvolver uma análise geopolítica dos Estados como áreas e como pontos, visando aproximar-se um pouco mais da complexa realidade da política internacional. O quadro abaixo resume a proposta feita até aqui, baseada na analogia com o estudo das cidades:

Quadro 2 – Paralelo entre a Geografia Urbana e a Geopolítica

Geografia Urbana		Geopolítica	
	Sítio		Fator físico

Cidade como “área”	Características internas	Estado como “área”	Fator Humano
			Fator recursos naturais
Cidade como “ponto”	Posição	Estado como “ponto”	Fator circulação
			Fator tecnológico
	Funções	Fator estrutural	
			Inserção no CSR
			Posição na hierarquia de Estados (centro, periferia ou semi-periferia)
			Funções externas (de acordo com o método funcional)

Fonte: Elaborado pela autora

Tendo em vista o caminho proposto para a análise geopolítica, traçado a partir da contribuição dos estudos da Geografia Urbana, resta refletir sobre a operacionalização dos fatores identificados. Acredita-se ser necessário precisar elementos que traduzam os aspectos elencados. Dado ao escopo limitado deste trabalho, esses elementos, em alguns casos, indicadores, são apenas apontados nos quadros abaixo⁵:

⁵ Esse parâmetro de análise é explicado detalhadamente em ROSAS DUARTE, G. *Geopolítica das Guai-*

Quadro 3 – Análise do Estado como área

Geografia Urbana	Geopolítica		
Bases físicas	Fator Físico	Extensão	Superfície territorial (Km ²)
		Localização	Continentalidade ou maritimidade
		Configuração	Forma (compacta, alongada, recortada ou fragmentada); fronteiras (países fronteiriços)
		Morfologia	Características gerais de relevo e hidrografia
		Solo	Natureza geológica do solo, tipos de uso e fertilidade
		Vegetação	Vegetação predominante/ bioma
		Clima	Características gerais/ zona climática
		Mar e vias navegáveis	Saída para o mar e abundância ou escassez de vias navegáveis
	Efetivo	Tamanho	

nas. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial. PUC Minas. 2014.

Características internas	Fator Humano	populacional	absoluto da população
		Distribuição e densidade	Distribuição nas regiões do país, densidade demográfica total e densidade nos grandes centros
		Taxa de crescimento	Taxas de natalidade, mortalidade e crescimento natural
		Composição ou estrutura da população	Composição etária, expectativa de vida e educação
		Características étnicas, lingüísticas e religiosas	Grupos étnicos, idiomas falados e religiões professadas (porcentagens)
		Homogeneidade ou heterogeneidade	Divergências ou tensões entre grupos da população
		Outros aspectos sociais	Particularidade não contemplada anteriormente
		Fator Recursos Naturais	Energéticos
	Minerais	Metálicos e não-metálicos	
	Alimentares	Terras agricultáveis, água, pesca	

Fator	Fator Circulação	Comunicações (transportes)	Plano interno (transportes, vias de acesso, telecomunicações)
	Fator Tecnológico	Grau de desenvolvimento científico-tecnológico	Setores avançados, inovações
	Fator Estrutural	Aspectos Políticos	Governo, regime político
		Aspectos Econômicos	PIB e taxa de crescimento
		Aspectos Sociais	PIB <i>per capita</i> , mortalidade infantil, população na miséria, IDH
		Aspectos Militares	Efetivos militares, investimentos e armamentos

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 4: Análise do Estado como ponto

Geografia Urbana	Geopolítica	
Posição	Inserção no CSR	Delimitação, identificação dos membros
		Padrão amizade/inimizade
		Distribuição de poder
		Presença de ator interveniente
	Manifestação da interdependência	
Posição na hierarquia de	Centro, periferia ou	

	Estados	semiperiferia
Funções	Fator circulação	Relações externas (vias de acesso e migrações)
	Modelo funcional (funções externas)	Relações territoriais: disputas fronteiriças e problemas transfronteiriços
		Relações econômicas: comércio internacional e investimentos financeiros
		Relações políticas: reconhecimento da soberania, conflitos, participação em OI's, integração regional
		Relações estratégicas: alianças e parcerias

Fonte: Elaborado pela autora

Mais uma vez, é premente ressaltar que não se tem aqui a pretensão de elaborar um modelo analítico acabado, senão identificar um parâmetro que possa ser aplicado a casos selecionados, permitindo, inclusive, que sejam realizadas comparações entre Estados analisados. Certamente esse caminho metodológico deixa lacunas, mas, a despeito disso, acredita-se que ele possa contribuir para prover uma visão mais abrangente da análise geopolítica, inclusive, estreitando ainda mais os laços entre a Geopolítica e as Relações Internacionais.

Considerações Finais

Como foi possível perceber, o paralelo com o estudo das cidades na Geografia Urbana permite explorar a análise geopolítica do Estado tanto em seus atributos internos, quanto no que tange à sua projeção regional e internacional. De um modo geral, não existe uma forma padrão de analisar geopoliticamente um Estado, o que faz com que os estudos geopolíticos se apresentem de formas muito variadas. Naturalmente, esse aspecto multifacetado não é algo negativo, muito embora ele possa dificultar as análises ou apresentar caminhos bastante fragmentados.

Referências

- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Geografía Política Ampliada: resumen de los aspectos fundamentales. *Paisajes Geográficos*, ano XI, N. 24. 1991.
- BAILLY, A. *Les concepts de la géographie humaine*. Paris: Masson,. 1984
- BONFIM, Uraci Castro. *Geopolítica*. Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército. Escola de Comando e Estado-maior do Exército. 2005.
- BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- CÉLÉRIER, Pierre. *Géopolitique et Géostratégie*. Paris: P.U.F.. 1969
- CLARK, D. *Introdução à Geografia Urbana*. São Paulo: DIFEL, 1985.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 2000.
- DOLLFUS, O. *O espaço geográfico*. São Paulo: DIFEL, 1975.
- DOLLFUS, O. *A análise geográfica*. São Paulo: DIFEL, 1973.
- GEORGE, Pierre. *Os métodos da Geografia*. São Paulo: DIFE, 1972.
- GONÇALVES, Carlos Manuel Chaves. *Geopolítica: um método auxiliar para a compreensão do mundo contemporâneo. A geopolítica dos Bálcãs*. Dissertação. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2011.
- HARTSHORNE, Richard. The functional approach in Political Geography. *Annals of the Association of American Geographers*. 1950.
- JOHNSTON, R.J. et al. *The dictionary of human geography*. Oxford: Blackwell, 1985.
- JOHNSTON, R. *Geography and the State*. London: Macmillan, 1982.
- LEAL, J.L.R. Análise geopolítica e geoestratégica de Portugal: factores físico, humano e circulação. *Revista Militar*. N.2463. 2007.
- MARTINS, Raúl François. Geopolítica e Geoestratégia: o que são e para que servem? *Nação e Defesa*, ano XXI, n. 78. 1996.
- MOODIE, A.E. *Geografia e Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- PARKER, G. *Geopolitics – past, present and future*. London: Pinter, 1998.

Recebido em: 09/11/2014

Aprovado em: 08/12/2014